

22 JAN 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### ESQUEMA GAFANHOTO

Investigação contra Barbosa  
passa para a Justiça Estadual

# Esquema Gafanhoto: Barbosa será alvo da Justiça Estadual

Na esteira de uma decisão do  
STJ, TRF4 modifica competência  
em torno de investigação contra  
ex-prefeito de Londrina

**A** Justiça Federal declinou da competência para investigar o ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT), suspeito de envolvimento no esquema de desvio de dinheiro na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, por meio de contratação irregular de assessores. Como não ocupa mais nenhum cargo que lhe confira a prerrogativa de foro privilegiado, o pedetista vai ser investigado a partir de agora pelo Ministério Público (MP) do Paraná, na Promotoria de Defesa do Patrimônio Público. Conhecida como "Esquema Gafanhoto", a investigação, iniciada há quase dez anos pelo Ministério Público Federal (MPF), alcançou o então deputado estadual Barbosa Neto e outros mais de 60 deputados e ex-deputados estaduais.

A decisão de remeter o processo para a esfera estadual foi do desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) Paulo Afonso Brum Vaz, no final do ano passado. A assessoria de imprensa do órgão disse que os dados referentes ao caso são sigilosos e que não poderia dar detalhes da decisão, mas confirmou que o magistrado acautou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que concedeu vários habeas corpus a envolvidos, declarando a competência estadual no caso. Desde então, o material - um processo para cada suspeito - começou a ser enviado para o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

O pedido de providências sobre Barbosa Neto, depois de quase três anos tramitando no TRF4, voltou para o TJ no último dia 7 e brevemente deve ser recebido pelo MP. O

promotor de Justiça Rodrigo Chemim, assessor da Procuradoria-Geral de Justiça, emitiu ontem o seu parecer pela sequência das investigações na primeira instância. "A maioria dos investigados, como é o caso de Barbosa, não tem mais foro, então a tramitação agora deve ocorrer em primeiro grau." Chemim acredita que o caso ficará com o MP de Curitiba, local dos supostos ilícitos. Também assina o parecer o subprocurador de Justiça José Deliberador Neto.

Embora o STJ tenha determinado a incompetência da Justiça Federal para as investigações dos gafanhotos, o promotor Rodrigo Chemim explicou que as informações já coletadas poderão ser utilizadas normalmente pelo MP. A FOLHA tentou falar com o ex-prefeito Barbosa Neto ontem, mas ele não atendeu as ligações.

**CONTINUA**

22 JAN 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

#### **Esquema Gafanhoto**

Dentre os crimes, foram apurados sonegação fiscal de tributo federal, peculato e estelionato. Foi aberto então um inquérito para cada uma das 74 contas bancárias suspeitas, com o objetivo de investigar os titulares, como chefes de gabinete de parlamentares e familiares de deputados. A operação foi paralisada em 2009, sob o argumento de que alguns políticos acabaram assumindo cargos em nível federal, sendo então competência da Justiça Federal a investigação.

22 JAN 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### **Morre ex-presidente do TJ Vidal Coelho**

Curitiba - Faleceu ontem o ex-desembargador José Antônio Vidal Coelho, que foi presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, de 2007 a 2008, período em que chegou a governar o Estado por onze dias, de 19 a 30 de maio daquele ano. Coelho era membro do TJ desde 1967, quando ingressou na instituição por concurso público. Nesses 46 anos de tribunal, passou por onze municípios paranaenses até se estabelecer em Curitiba. Coelho passou de juiz a desembargador em 1995, quando virou membro da 1ª Câmara Cível. Coelho era natural de Campo Largo (Região Metropolitana de Curitiba), local em que foi velado e sepultado no final da tarde de segunda-feira, no Cemitério Municipal da cidade. A causa da morte não foi divulgada pela família nem pelo TJ. O magistrado completaria 74 anos de idade em 2013. (José Lazaro Jr./Reportagem Local)

**22 JAN 2013**

# **FOLHA DE LONDRINA**

## **INFORME**

### **Convites da posse**

O procurador de Justiça Sérgio Luiz Kukina percorreu os órgãos públicos da capital, ontem, distribuindo convites para a sua cerimônia de posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Após concorrer com outros 50 membros do Ministério Público pela vaga do "quinto constitucional", ele figurou na lista tríplice elaborada pelos membros do STJ e acabou escolhido pela presidente Dilma Rousseff (PT), com um empurrãozinho da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT). O atual presidente do tribunal, Félix Fischer, também oriundo do Paraná, empossará Kukina, que, coincidentemente, foi aluno de graduação e colega de Fischer no Ministério Público.

22 JAN 2013

## FOLHA DE LONDRINA

# Ação à força tem 1º dia só com internação a pedido de parentes

**São Paulo** - O primeiro dia do plantão judiciário na cracolândia, centro de São Paulo, terminou sem nenhuma internação à força. Até as 18 horas de ontem, dois viciados levados por familiares ao Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod) foram internados sem passar pela avaliação da Justiça.

Pelo menos 20 usuários de drogas foram internados por iniciativa própria, após contato com atendentes da Missão Belém. A entidade da Igreja Católica firmou parceira com o governo do Estado de São Paulo em dezembro para trabalhar na abordagem de dependentes químicos, com o objetivo de convencê-los a buscar tratamento.

Se por um lado não registrou muitas internações na estreia, a força-tarefa criada para julgar casos graves de viciados serviu para chamar a atenção de pessoas com problemas de drogas na família e de movimentos sociais que lutam contra as internações compulsórias e involuntárias.

O serviço de internação compulsória foi procurado por ao menos oito mães, com a esperança de que seus filhos pudessem receber tratamento médico. Parte delas saiu frustrada ao ser aconselhada a visitar unidades médicas em seus bairros. Apenas uma mulher deixou o Cratod com a certeza de que sua filha, uma adolescente de 16 anos, ficaria internada.

Após conversar com médicos e assistentes sociais, a jovem concordou com o tratamento. "Esse caso nem chegou a ser avaliado pela Justiça. A única coisa que precisamos acompanhar foi a procura por uma vaga para ela", afirmou o juiz lasim Issa Ahmed, responsável pelo plantão.

Um aposentado de 62 anos, levado pela filha ao Cratod, foi o outro caso de internação do dia. Ele ficaria em observação durante a noite. Psicólogos disseram à família que hoje seria confirmada a internação involuntária, já que o paciente não quer o tratamento. O caso deve ser relatado ao Ministério Público, mas não precisa ser julgado.

### SÃO PAULO

#### Internação compulsória

##### O QUE É

■ Medida do governo que determina a internação involuntária de dependentes químicos

##### QUANDO

■ Desde ontem

##### COMO FUNCIONA

■ Agentes fazem abordagens nas ruas

■ Os dependentes passam por uma consulta médica para fazer uma avaliação do estado de saúde

■ Se for atestado que o viciado não tem domínio da sua própria saúde e condição física, e ele se negar a receber tratamento, pode ser internado por um juiz

22 JAN 2013

JORNAL DO ESTADO

**VIOLÊNCIA**

**CONTRA**

**A MULHER**

**GERA 30**

**QUEIXAS**

**DIÁRIAS À**

**DELEGACIA**

Ameaças, lesões corporais e crimes contra a honra estão entre os principais casos registrados. No ano passado, foram feitas 495 prisões em flagrante e cumpridos 123 mandados de prisão na Capital.

22 JAN 2013

# JORNAL DO ESTADO

# DELEGACIA DA MULHER RECEBE 30 denúncias por dia em Curitiba

No ano passado, foram feitas 495 prisões em flagrante e cumpridos 123 mandados de prisão na Capital

A Delegacia da Mulher de Curitiba recebe em média 30 denúncias de violência cometida contra a mulher, todos os dias. Ameaças e lesões corporais estão entre os principais casos registrados, além dos crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação). No ano passado, foram feitas 495 prisões em flagrante e cumpridos 123 mandados de prisão.

A orientação da delegada-titular da Delegacia da Mulher na capital, Maritza Haisi, é que a vítima procure a DM ou a delegacia mais próxima a partir do momento em que percebe qualquer coação. “Se ela já está sofrendo violência física ou psicológica, ela tem que vencer o medo para fazer a denúncia. Caso contrário, estará constantemente em risco”, afirma.

Maritza lembra que, em fevereiro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou mudança na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). Agora, as queixas de crimes de lesão corporal não podem ser retiradas. A partir do registro do boletim de ocorrência, a vítima recebe as orientações do que deve ser feito.

A mulher também pode solicitar as medidas protetivas de urgência presentes na Lei Maria da Penha, pelas quais o juiz pode determinar a saída

do agressor do lar e que ele não mais se aproxime da vítima, sob pena de prisão.

Segundo Maritza, a delegacia criou um setor de estatística e análise, para tabular e dar mais visibilidade ao problema. Para contribuir com o trabalho, novos campos do boletim de ocorrência foram criados em outubro do ano passado, onde são especificados os tipos de violência sofridos.

**Desde 2010** — Em Curitiba, foram registradas 9.191 denúncias em 2010, número que aumentou para 10.498 em 2011. No ano passado, os registros sofreram queda, totalizando 9.435. A maior parte das ocorrências foi registrada nos bairros da Cidade Industrial de Curitiba (1.349 casos), Sítio Cercado (570) e Cajuru (509).

No Paraná, há 16 delegacias especializadas para atendimento à mulher. Para melhorar o atendimento e as condições de trabalho foi criada pela Polícia Civil a Coordenação das Delegacias da Mulher (Codem), em 2012. “A grande importância dessa coordenação é padronizar os procedimentos no Paraná”, comenta Maritza, que é a coordenadora do grupo. Outro objetivo da Codem é estreitar as relações com o Poder Judiciário e com o Ministério Público.

22 JAN 2013

# JORNAL DO ESTADO

## Justiça

### Convite

O prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), recebeu ontem a visita do futuro ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sérgio Luiz Kukina, que entregou ao prefeito o convite para a posse no dia 6 de fevereiro. Após ser escolhido em lista tríplice e passar por sabatina no Senado, o novo ministro já foi nomeado pela presidente Dilma Rousseff. Ele ocupará a vaga aberta com aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido. “É uma grande conquista para o Paraná. Não tenho dúvida de que o doutor Kukina vai honrar o nome do nosso estado no STJ”, afirma o prefeito. Procurador do Ministério Público do Paraná, Sérgio Luiz Kukina atualmente estava na Coordenadoria de Recursos Cíveis do órgão, responsável pelos recursos a tribunais superiores.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai processar o ex-juiz federal João Carlos da Rocha Mattos por advogar ilegalmente. Rocha Mattos admitiu que está advogando sem permissão da OAB. Para assinar suas peças, afirmou que conta com a ajuda de um advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados. Ontem, o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, afirmou que a entrevista é evidência inegável do exercício irregular da profissão. “O ex-juiz reconhece publicamente que está advogando por interpostas pessoas, ou seja, que voltou a cometer novo ilícito penal”, afirmou o presidente da OAB.

### VOLTA ÀS URNAS

## 17 cidades terão novas eleições

Os Tribunais Regionais Eleitorais de 17 municípios brasileiros definiram as datas para as próximas eleições para prefeito e vice-prefeito. Os pleitos estão agendados para os meses de fevereiro, março e abril. Os municípios estão localizados em Santa Catarina, Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso do Sul, no Espírito Santo, na Bahia, no Paraná e no Amapá. Em todas as cidades, as eleições foram anuladas por que os candidatos que concorreram com registro de candidatura rejeitado obtiveram mais de 50% dos votos válidos. Esses votos foram então anulados pela Justiça Eleitoral e os can-

didatos não poderão tomar posse e exercer o cargo.

No Paraná, o TRE decidiu, na semana passada, que haverá nova eleição em Joaquim Távora, município da região Norte Pioneiro do Estado, no próximo dia 7 de abril. A decisão foi tomada porque o ex-prefeito Wiliam Walter Ovçar (PSC), o “Vatão” teve o registro da candidatura cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A cassação ocorreu porque ele teve as contas de sua administração anterior rejeitadas pela Câmara Municipal em 2006. Ele foi acusado de ter aberto créditos adicionais especiais sem edição de lei específica e deixar de recolher contribuições

previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Como Vatão e seu candidato a vice, Valdir Azarias (DEM) tiveram mais de 50% dos votos válidos na eleição de outubro, o TRE determinou nova eleição. O Tribunal aprovou ainda um calendário para as novas eleições, que prevê realização de convenções para a escolha dos novos candidatos até o próximo dia 3 de fevereiro. A anulação das eleições também pode acontecer quando é comprovada a prática, no processo eleitoral, de fraude, falsidade, coação, abuso de poder, compra de votos ou propaganda irregular.



22 JAN 2013

## GAZETA DO POVO

### **Obituário**

**José Antônio Vidal Coelho,**  
73 anos, juiz de direito, filho  
de Manoel Pereira Coelho e  
Alaide Vidal. Sep. ontem.

#### **Luto**

Faleceu ontem, aos 74 anos, o desembargador José Antônio Vidal Coelho (foto). Nascido em Campo Largo, ele iniciou a carreira na magistratura em 1967, como juiz substituto em Apucarana. Depois disso atuou como magistrado em outras nove comarcas e no Tribunal de Alçada, antes de ser nomeado desembargador do Tribunal de Justiça em 1995. Presidiu o TJ entre 2007 e 2008. Também foi vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).



22 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

## NOTAS POLITICAS

### Convites

Nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o paranaense Sérgio Luiz Kukina toma posse no cargo no dia 6 de fevereiro. Ontem ele fez visitas ao prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), ao presidente da Câmara Municipal, Paulo Salamuni (PV), e ao presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), convidando-os para a solenidade. Kukina ocupará a vaga aberta com aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido.

### Novas eleições

Tribunais Regionais Eleitorais de oito estados marcaram novas eleições para prefeito e vice-prefeito em 17 cidades que tiveram eleições anuladas porque os candidatos que obtiveram mais de 50% dos votos válidos tiveram o registro de candidatura rejeitados. Os votos recebidos pelos candidatos que tiveram a candidatura rejeitada foram anulados pela Justiça Eleitoral. No Paraná, o município de Joaquim Távora, no Norte Pioneiro, terá nova eleição no dia 7 de abril.

## NOTA POLITICA OAB contra Rocha Mattos

**A** Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) informou que vai processar criminalmente o ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos (foto) por exercício irregular da profissão. De acordo com a entidade, o presidente da OAB nacional, Ophir Cavalcante, conversou com o presidente da seccional paulista, Marcos da Costa, pedindo que entre com a representação. Rocha Mattos foi processado na Operação Anaconda, que investigou em 2003 membros do Judiciário. Então juiz federal, ele ficou preso cinco anos em regime fechado e dois no semiaberto. Ele já foi condenado a mais de 20 anos de prisão em diferentes processos. Desde abril de 2011, cumpre a pena em regime aberto. No último domingo, o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou uma entrevista de Rocha Mattos afirmando que está advogando, apesar de não assinar documentos em seu nome. Em agosto do ano passado, ele pediu à OAB para reativar seu registro na entidade.



22 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

» DROGAS

## Ação de resgate começa sem internação à força

Dois dependentes químicos foram encaminhados voluntariamente para tratamento no primeiro dia de trabalho na Cracolândia de São Paulo

■ O primeiro dia da ação que pretende agilizar os processos de internação involuntária ou compulsória de dependentes químicos em São Paulo terminou sem nenhum usuário internado contra a sua vontade. Até o início da tarde de ontem, quando encerrou-se o plantão Judiciário na Cracolândia, duas pessoas foram encaminhadas voluntariamente a unidades de tratamento.

Conforme o juiz Samuel Karasin, os dois dependentes químicos compareceram ao Centro de Referência em Tratamento de Álcool e outras Drogas (Cratod), no Bom Retiro (região central de SP), e pediram para ser internados.

O plantão foi criado para facilitar o atendimento aos dependentes químicos, principalmente de crack, que consomem a droga na região central da cidade. De acordo com o desembargador Antonio Carlos Malheiros, coordenador da Vara de Infância e Juventude

do Tribunal de Justiça de São Paulo, a parceria, oficializada no último dia 11, está condicionada ao respeito aos direitos humanos, podendo até mesmo ser suspensa, caso sejam verificadas violações.

"Todos nós somos antimanicômiais, mas há exceções quando a vida da pessoa está em risco ou ela está colocando em risco a vida de um terceiro", disse ele, em resposta aos participantes de uma manifestação contra internação em manicômios.

### Normas

Para julgar as medidas cautelares que autorizam a internação compulsória ou involuntária (a pedido da família), um anexo do Tribunal de Justiça foi instalado no Cratod. O posto atende em regime de plantão, das 9 às 13 horas. Além do juiz, atuarão defensores públicos, que representam os usuários, e promotores de Justiça.

De acordo com a secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa Arruda, a medida tem como foco pessoas em estado de drogadição avançado, especialmente as que possuem doenças reflexas. "Algumas delas têm tuberculose, aids ou hepatite,

além da situação das grávidas e crianças. Algumas pessoas estão em situação bastante comprometida de saúde e sem a capacidade de decidir sobre o seu próprio destino", avaliou. Atualmente, existem 700 leitos na rede de saúde para dependentes químicos.

### CRÍTICAS

#### Movimentos sociais protestam contra ação

Movimentos sociais promoveram ontem um protesto em frente ao Cratod contra a medida do governo estadual de São Paulo. "Hoje, se tiver uma situação de internação involuntária na Cidade Tiradentes, as mães vão aonde? Vir de lá até aqui [no Cratod]? O que precisamos é ter uma assistência social ao alcance dessas famílias", explicou o padre Júlio Lancellotti, membro da Pastoral de Rua da Arquidiocese de São Paulo. Ele defende a instalação de Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD) em todos os bairros.

# GAZETA DO POVO

## **Governadores pedem que Supremo mantenha regras do FPE**

22 JAN 2013

†Governadores da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais ingressaram ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de prorrogação do prazo para que o Congresso crie novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e que, enquanto essa atualização não aconteça, sejam mantidas as regras utilizadas atualmente. Eles entendem que o fato de o Congresso não ter votado as novas normas no prazo dado pelo Supremo — dezembro de 2012 — resulta em “estado de insegurança jurídica”.

O pedido, juridicamente enviado ao tribunal por uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão, tem como motivo o atraso na aprovação das novas regras do FPE. A ação foi articulada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e entregue ao presidente em exercício da Corte, Ricardo Lewandowski. Os governadores Jacques Wagner (PT-BA), Eduardo Campos (PSB-PE), Roseana Sarney (PMDB-MA) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) subscrevem o texto.

Os quatro estados que entraram com o pedido no STF são beneficiados pelas regras atuais. A Bahia é o estado que mais recebe recursos do FPE, o Maranhão é o terceiro, Pernambuco é o quarto e Minas Gerais, o sétimo. Para eles, as mudanças de regras podem significar perdas nos valores recebidos.

### **O caso**

Em fevereiro de 2010, o STF decidiu pela inconstitucionalidade da legislação que regulamentava os repasses do fundo, pois precisava ser refeita com dados atualizados sobre dados demográficos de cada estado brasileiro. Por “segurança jurídica” os ministros decidiram naquela ocasião determinar um prazo para que o Congresso criasse novas regras — o que se encerrou no dia 31 de dezembro de 2012.

Apesar de a regra ter sido julgada inconstitucional e o Congresso não ter aprovado uma nova lei até o prazo estipulado, o governo manteve os repasses mesmo sem uma lei específica. O primeiro repasse do ano, feito no dia 10 de janeiro, ainda tinha amparo legal, pois correspondia à arrecadação de 2012. O segundo, feito no último dia 17, já poderia ser contestado judicialmente.

Pelo FPE, a União distribui automaticamente aos governos estaduais e ao Distrito Federal 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. O FPE está calculado em R\$ 74 bilhões para 2013.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Informe Judiciário

### INSTALAÇÃO

A Comarca de Araucária recebeu na segunda-feira (14/1) do Tribunal de Justiça do Paraná sua 2ª Vara Cível. O presidente do Tribunal, desembargador Miguel Kfouri Neto, presidiu a cerimônia de instalação no Fórum local. A instalação da 2ª Vara Cível proporcionará, tanto à comunidade jurídica quanto à população de Araucária, melhor atendimento e mais agilidade com a distribuição dos feitos.

### INSTALAÇÃO 2

A solenidade de instalação do Juizado Especial na comarca de Jacarezinho aconteceu na quinta-feira (17/1). A cerimônia, conduzida pelo 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, foi bastante prestigiada por autoridades e pela população local.

### INSTALAÇÃO 3

O 1º vice-presidente do TJPR, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, presidiu na quinta-feira (17/1) às 18h, a solenidade de instalação da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas e da 2ª Vara da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, objetivando uma estrutura adequada para o atendimento de demandas especializadas.

### HOMENAGEM

Em sessão solene, conduzida pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfouri Neto, na segunda-feira (14/1), no Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 35 desembargadores, formados em Direito pela Universidade Federal do Paraná, receberam homenagem da instituição de ensino, que completa cem anos, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça.

### INAUGURAÇÃO

A inauguração do novo Fórum de Siqueira Campos ocorreu na tarde da quarta-feira (16/1) e foi conduzida pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfouri Neto. O juiz de Direito e diretor do Fórum, João Luiz de Toledo Pastorelli, parabenizou o presidente Kfouri pelo empenho em relação a obra e pelas melhorias efetivadas em prol do Judiciário paranaense.

### ELEVAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, conduziu na manhã de quarta-feira (16/1) a solenidade de elevação da comarca de Jaguariaíva para entrância intermediária. Na ocasião, também foram instaladas a Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e a Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

# 22 JAN 2013

### TURMAS RECURSAIS

Prestes a completar 10 anos de instalação da primeira Turma Recursal destinada a atender os Juizados Especiais, o Tribunal de Justiça registra excelente produtividade. Atualmente o TJPR conta com duas Turmas Recursais, resultado do desmembramento da Turma Recursal Única, ocorrido em 2010. As Turmas, composta cada uma por quatro juízes, somaram mais de 54 mil processos autuados no último ano, entre físicos e virtuais. Dos 54.118 processos autuados, 81,67% foram julgados e/ou receberam decisão monocrática, isto é, 44.200 casos foram solucionados.

### VISITA

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, recebeu na quinta-feira (17/1), a visita de cortesia do juiz de Direito aposentado, Luiz Cláudio Costa, atual prefeito da cidade de Balsa Nova. O presidente Kfouri destacou que o atual prefeito já fez parte dos três Poderes na cidade: exerceu a judicatura na comarca de Campo Largo, integrada pelo município de Balsa Nova; foi presidente da Câmara Municipal e neste ano assumiu a prefeitura do município.

### PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Gustavo Tinôco de Almeida (1º grau) e Everton Luiz Penter Correa (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 21 a 28 de janeiro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

22 JAN 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Projetos de lei estratégicos dos tribunais terão apoio na tramitação

Levantamento apresentado indica a existência de  
diversas iniciativas comuns com a agenda do CNJ

**A** Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai promover diversos encontros regionais para avaliar os projetos de lei de interesse do Judiciário em tramitação nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional. Os projetos que se enquadrarem no planejamento estratégico do CNJ devem receber o apoio do colegiado, informa o conselheiro Bruno Dantas, presidente da Comissão.

“Recebemos uma lista de projetos e agora vamos verificar quais os que se enquadram na estratégia do CNJ”, comenta. Depois de discutir com os tribunais, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público, o CNJ pode ainda promover encontros com governadores e parlamentares para defender a aprovação dos projetos selecionados.

“Vamos identificar o que é prioridade”, diz. Projetos de lei para ampliar o número de magistrados, por exemplo, tendem a ter o apoio do CNJ, já que a pesquisa Justiça em Números demonstra a carência de magistrados em determinados estados. O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), lembra o conselheiro, tem o menor número de juízes por 100 mil habitantes entre os tribunais estaduais.

O levantamento apresentado pelos tribunais indica a existência de diversas iniciativas comuns com a agenda do CNJ. É o caso do TJBA, que precisa aprovar lei para criar cargos e varas especializadas no combate à violência doméstica. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará precisa de autorização legal para instituir uma central de administração de precatórios. Já o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco depende da contratação de juiz para instalar uma central de conciliação.

No Congresso Nacional, as atenções se voltam para os projetos que alteram a estrutura do Judiciário e as leis processuais, como é o caso do Código de Processo Civil. Segundo Bruno Dantas, a ideia é que o CNJ participe das negociações, de forma a dar maior celeridade à tramitação dos projetos de lei.

22 JAN 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

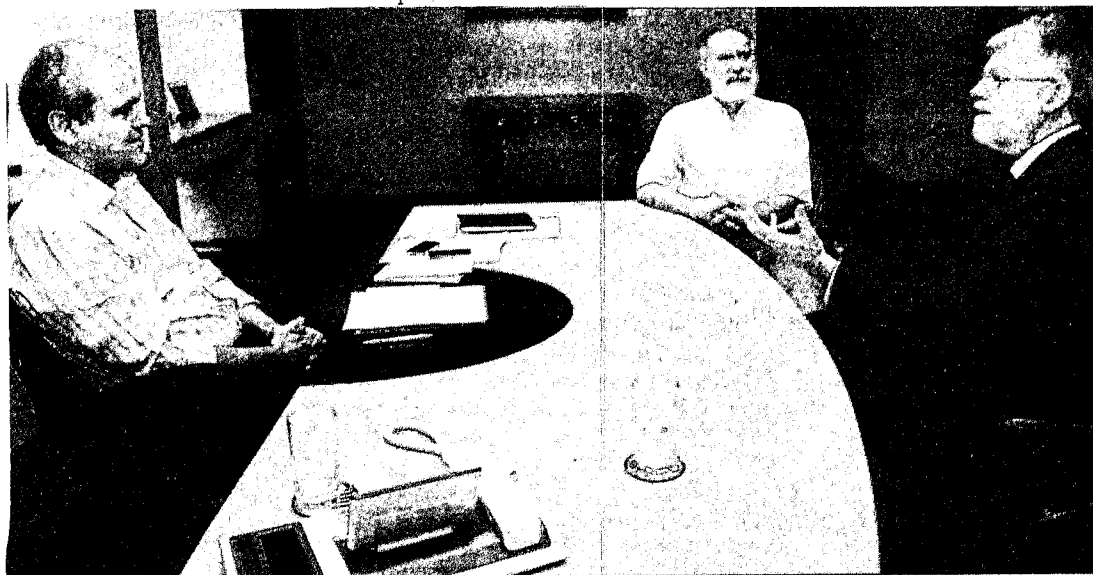
# Futuro ministro do STJ visita prefeito de Curitiba

O prefeito Gustavo Fruet recebeu, na manhã de ontem (21), a visita do futuro ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sérgio Luiz Kukina.

Durante o encontro, que contou ainda com a participação do deputado federal Dr. Rosinha, Kukina entregou a Fruet o convite para a posse no dia 6 de fevereiro. Após ser escolhido em lista tríplice e passar por sabatina no Senado, o novo ministro já foi nomeado pela presidenta Dilma Rousseff. Ele ocupará a vaga aberta com aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido.

“É uma grande conquista para o Paraná. Não tenho dúvida de que o doutor Kukina vai honrar o nome do nosso estado no STJ”, afirma o prefeito.

Procurador do Ministério Público do Paraná, Sérgio Luiz Kukina atualmente estava na Coordenadoria de Recursos Cíveis do órgão, responsável pelos recursos a tribunais superiores.



Gustavo Fruet, Sérgio Luiz Kukina e o deputado federal Dr. Rosinha se reuniram ontem em Curitiba

22 JAN 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Interesse da Caixa atrai competência da Justiça Federal

A possibilidade de interesse da Caixa Econômica Federal em ação judicial justifica o envio do caso para a Justiça Federal. A decisão é da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Para os ministros, mesmo que as partes não sejam as mesmas, a medida deve ser adotada para que não existam jurisprudências conflitantes capazes de gerar instabilidade jurídica.

O entendimento foi aplicado em Conflito de Competência. A ação discutia três decisões a respeito da validade de decisões de uma assembleia de sócios da qual fazia parte o extinto Banco Nacional de

Habitacões (BNH), hoje sucedido pela Caixa. Nas ações, contestava-se a validade da eleição de nova diretoria da assembleia. A CEF não constava arrolada em nenhuma delas.

Das três ações, duas tramitavam na Justiça Estadual e uma na Justiça Federal. Havia decisões conflitantes, justamente por causa da esfera de jurisdição. Em uma das ações estaduais, foi declarada a validade das eleições, propostas pela assembleia de sócios. Na outra, juiz se declarou competente para julgar o caso e negou que a Caixa fosse sucessora do BNH. Um superintendente destituído recorreu, na

qualidade de terceiro prejudicado, pedindo a nulidade das eleições.

O mesmo superintendente entrou com um pedido de declaração de nulidade das eleições na Justiça Federal. Neste caso, porém, a Caixa afirmou ter interesse jurídico na questão, por ser sucessora do BNH. Foi declarada a nulidade das eleições em duas instâncias.

A relator do caso no STJ, ministra Nancy Andrighi, ressaltou que nenhum ente público manifestou interesse nos casos em trâmite na Justiça Estadual. As partes é que pediram a citação da Caixa, mas os juízes não o fizeram.

# Atraso constante de salários viola direitos de personalidade do trabalhador

O atraso reiterado no pagamento de salários viola os direitos de personalidade do empregado por causa de sua natureza alimentar e gera reparação por dano moral. Foi o que decidiu a 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, ao mandar uma empresa pagar R\$ 2 mil para sua ex-funcionária.

O relator do recurso no TRT, desembargador Flavio Portinho Sirangelo, afirmou que são danos morais indenizáveis o dano resultante do inadimplemento reiterado

do pagamento dos salários na data contratual — ou legalmente estabelecida para o seu vencimento — ou o decorrente da própria mora salarial continuada. Afinal, estes resultam de ato ilícito do empregador, podendo produzir dor e sofrimento íntimo ao trabalhador lesado.

Para ele, o atraso contumaz do empregador com a sua principal obrigação contratual para com o empregado — que é pagar salários — ultrapassa os limites do simples incômodo, caracterizando violação

dos direitos da personalidade do hipossuficiente.

“Há afronta à dignidade do trabalhador, em razão da quebra da boa-fé contratual, dando-se, nesse caso, o ato ilícito, a ser alvo de reparação, nos termos do artigo 186 do Código Civil, independentemente de prova de humilhação, constrangimento, angústia, depressão etc”, considerou. O acórdão que reformou a sentença foi proferido na sessão de julgamento do dia 17 de janeiro.



22 JAN 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Por internação à força, filha leva o pai dopado a centro de saúde

Movimento foi grande no 1º dia do plantão que  
analisa tratamento compulsório de dependentes

**Estado não divulga o total de atendimentos; dois homens procuraram ajuda mas acabaram fugindo do local**

A única forma que uma funcionária autônoma encontrou para internar seu pai, usuário de crack, foi dopá-lo. Assim, o homem, de 62 anos, entrou no Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco de Outras Drogas), no primeiro dia do plantão judicial que analisa casos de internações compulsórias de dependentes químicos.

Diariamente, juiz, promotor e advogados designados pela OAB farão plantão, das 9h às 13h, no centro de saúde, no centro de São Paulo.

Quando a internação for recomendada por um médico e o usuário refutar o tratamento, caberá ao juiz de plantão decidir — com base em parecer do membro da Promotoria.

O pai da autônoma foi um dos que recebeu indicação médica para a internação, mas como o plantão já havia terminado a decisão sairá hoje.

Ela, que recolheu o pai da rua dizendo que o levaria ao médico, precisou colocar um calmante num copo de suco para conseguir levá-lo.

“Ele já usa crack há dez anos, já foi internado voluntariamente duas vezes, mas

quis sair. Não quero que ele morra. Não saio daqui sem a internação”, dizia a filha.

Ontem, o que predominou foram mães que procuraram o serviço pedindo a internação de filhos viciados.

Um jovem que mordeu o pai e ameaçou fazer um roubo com a réplica de uma pistola foi outro caso de internação que aguarda a Promotoria.

A Secretaria de Estado da Saúde não divulgou o número total de atendimentos realizados ontem no local.

Além dos dois casos que aguardam decisão, dois usuários foram internados voluntariamente e mais dois fugiram do tratamento.

Mesmo sem ninguém internado à força, o juiz Samuel Karasin, que estava no plantão, disse que o dia foi “histórico”. “Porque, pela primeira vez, o Judiciário volta sua atenção especificamente para pessoas que nunca foram privilegiadas, que não tinham acesso à Justiça.”

### FUGAS

Entre os que fugiram do tratamento estava um homem de 24 anos. De passagem pela rua Prates, no Bom Retiro (centro), onde funciona o Cratod ele parou após ver a “muvuca”.

**CONTINUA**

O homem achou que era a sua oportunidade de largar o crack. Passou pelo guichê de “acolhimento” e foi enviado para o serviço de “orientação”. Em uma hora, seria atendido por uma equipe. “Não vou aguentar”, gritava.

O homem aproveitou a comoção que tomou conta dos repórteres que estavam no local, recolheu R\$ 6,50 (que disse serem para comprar um prato feito) e saiu.

**“Ele rouba a gente para comprar droga, está todo machucado por ficar na rua. Eu não quero que ele morra. Não saio daqui sem a internação**

**MULHER QUE PEDIU A INTERNAÇÃO DO PAI, DE 62 ANOS, ONTEM NO CRATOD**

**Na cracolândia, que tem 2.000 indivíduos, é possível imaginar [que ocorram] 20, 30 internações. É muito pouco**

**ROSANGELA ELIAS**  
fonoaudióloga que coordena a área de saúde mental, álcool e drogas da Secretaria de Estado da Saúde

22 JAN 2013

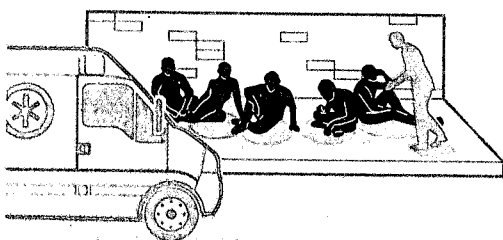
# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**TRATAMENTO À FORÇA** Ação do governo do Estado busca agilizar internações compulsórias e involuntárias de dependentes químicos

### INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

Medida é determinada pela Justiça

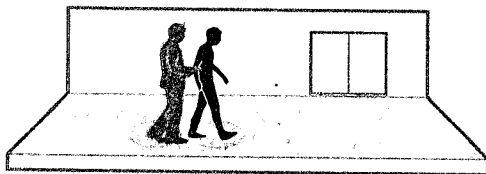


**A** Usuários de drogas são abordados por agentes de saúde e levados ao Cratod (centro de referência para dependentes químicos). Lá, há um plantão com um promotor, um juiz e advogados

**B** Dependentes em condições muito debilitadas de saúde são resgatados pelo Samu e levados para hospitais. Depois, são encaminhados para o Cratod

### INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA

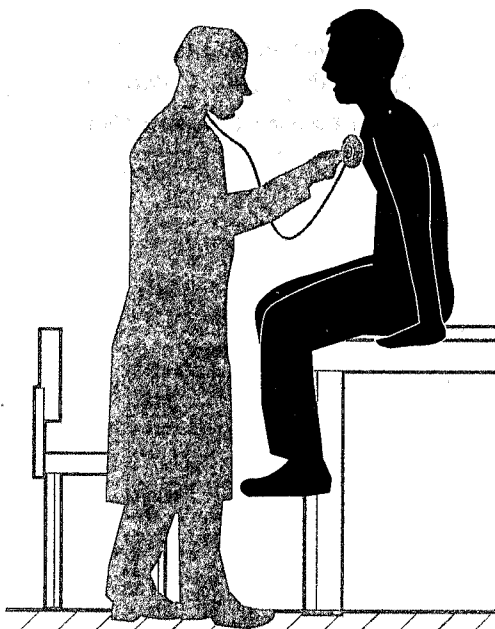
Ação é solicitada por familiar e comunicada ao Ministério Público



**A** Parente leva o usuário ao centro de referência e pede a internação



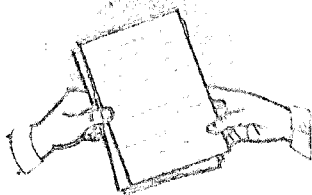
**C** No Cratod, usuários são avaliados por um médico, que define se a internação é necessária ou não



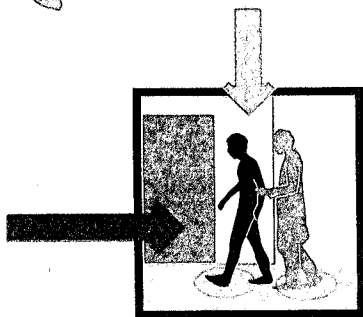
**B** No Cratod, usuários são avaliados por um médico, que define se a internação é necessária ou não

CONTINUA

**B** NOS CASOS em que a internação for recomendada e o paciente recusar:



- > **PROMOTOR ENTREGA** seu parecer ao juiz, que ordenará ou não a internação
- > **DEPENDENTE É LEVADO** para uma clínica de tratamento ou a um hospital para desintoxicação



**C** Caso o médico autorize, o promotor é avisado. O paciente é levado para uma clínica

### > CONTRA

## ‘Não funcionou’, diz homem que foi internado à força

O educador Adriano Camargo, 36, afirma ser um dependente em tratamento. Há cinco anos “limpo”, diz que só deixou o crack após procurar ajuda sozinho.

“Já fui internado involuntariamente [a pedido de familiares] e compulsoriamente. Foram cinco vezes. A única que deu certo foi a última, quando fui por conta própria”, afirma.

Segundo Camargo, um juiz o internou porque ele estava cometendo pequenos furtos. “Me livreí só quando fiquei num lugar que me mostrou que, antes do vício, eu tinha conflitos internos, familiares. Tratei disso e parei com o crack.”

### PERGUNTAS E RESPOSTAS

#### 1 Policiais poderão recolher os usuários de droga?

Não. Segundo o governo, a PM não vai recolher pessoas nas ruas. Isso será feito por agentes de saúde

#### 2 Por quanto tempo o dependente pode ficar internado?

A internação varia de acordo com o estado clínico do paciente e com a instituição para onde ele for encaminhado. A liberação acontece por autorização médica

#### 3 Como será o tratamento?

Durante o processo, os pacientes passam por acompanhamento clínico, mas o tipo de abordagem varia de acordo com a instituição; Em alguns casos, há o uso de medicamentos

#### 4 Quantos leitos estão disponibilizados para dependentes químicos?

O governo estadual tem 691 leitos. Outros 501 novos leitos devem ser implantados até 2014

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde

### > A FAVOR

## Viciado debilitado precisa de ajuda, afirma Rafael Ilha

O cantor Rafael Ilha, 39, ex-integrante do Polegar — grupo que fez sucesso nos anos 1980 — disse que já foi internado compulsoriamente “várias vezes”.

É a favor da medida, mas “em último caso, quando o dependente está muito debilitado”.

Em 2000, ele teve de ser operado após burlar a segurança e engolir duas pilhas durante tratamento. Ele afirma que se livrou do vício quando foi internado contra a vontade.

“Na minha última internação, fiquei um ano numa clínica. Foi assim que me recuperei”, afirmou.

Atualmente, Ilha trabalha com a apresentadora Sônia Abraão. Ontem, fez uma reportagem sobre viciados na cracolândia.

22 JAN 2013

## FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

### Rede tem vagas suficientes para internar dependentes, diz Alckmin

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou ontem que há vagas suficientes na rede para o atendimento dos dependentes que quiserem se tratar e para os que forem internados à força. E que, se for preciso, haverá o complemento de mais vagas.

“Nós temos vagas. Se houver necessidade de mais vagas, nós contratamos. Nós não vamos nos omitir”, disse.

O Estado tem 691 vagas em hospitais da rede e contratadas em clínicas particulares para dependentes.

O governo não respondeu ontem quantas pessoas já passaram por essas vagas nem quantos viciados costumam ser internados por dia. Também não soube dizer quanto o Estado para por cada uma dessas vagas.

Segundo o governo, em março outros 80 leitos serão contratados em Botucatu (a 238 km de São Paulo) e mais 501 estarão prontos até 2014.

#### EXCEÇÃO

Na época da operação policial na cracolândia, há um ano, a Polícia Militar afirmou que cerca de 2.000 usuários circulavam pela região.

Rosângela Elias, fonoaudióloga que coordena a área de saúde mental, álcool e drogas da Secretaria de Estado da Saúde, afirma que a internação à força será “a exceção da exceção”.

“Na cracolândia, que tem 2.000 indivíduos, é possível imaginar em 20, 30 internações. É muito pouco”, disse.

“A gente não sai pegando e levando para a clínica sem nenhum critério. Agora, um esquizofrênico que está na rua com agravamento por causa do consumo de drogas talvez necessite da internação”, afirma ela.

### BRASIL IGNORA ONU SOBRE AÇÃO NA CRACOLÂNDIA

O Brasil ignorou questionamentos feitos por relatores da ONU sobre denúncias de violações aos direitos humanos ocorridas na operação na cracolândia.

Enviadas em abril, as dúvidas não foram respondidas. O governo de SP disse que não foi questionado. O Itamaraty não se manifestou.

22 JAN 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## STJ manda mãe devolver filhos a pai norueguês

Brasileira tirou meninos, hoje com 13 e 10 anos,  
do país europeu sem autorização judicial

Alvo de disputa judicial por sua guarda desde 2006, dois meninos, filhos de mãe brasileira e pai norueguês, deverão voltar para o país paterno, segundo decisão do STJ.

Os meninos, de 13 e 10 anos, nasceram em Oslo, na Noruega, mas têm dupla nacionalidade —também têm passaporte brasileiro. Eles vivem no Rio há seis anos.

Oficiais de Justiça procuraram os menores para que a decisão do STJ seja cumprida. Ainda cabe recurso.

A disputa pela guarda, entre a mãe, a brasileira Julia Cavalcanti Albuquerque, e o pai, o norueguês Tommy Rune Bless, começou em 2004 e envolve acusações mútuas de sequestro dos filhos.

Bless e Julia se casaram em 1999 em Oslo. Já separados, em 2004, eles se mudaram para o Rio. Mantinham uma relação amistosa e haviam combinado que passariam cinco meses no Brasil para decidir se viveriam no país ou na Noruega.

Na época da separação, a Justiça norueguesa tinha determinado que os dois teriam a guarda compartilhada do menino mais velho e que Julia teria a guarda do caçula.

Após um fim de semana em Búzios, Bless não voltou ao Rio com os filhos. Julia descobriu que ele havia voltado para a Noruega.

Ela viajou para o país, para ficar perto das crianças. Dois anos depois, deu o troco: aproveitou seu final de semana com os filhos e embarcou para o Brasil, sem autorização judicial do país europeu.

### CONVENÇÃO DE HAIA

Como Julia descumpriu a decisão da Justiça norueguesa, Bless pediu ajuda à Justiça brasileira. Usou como argumento a Convenção de Haia, que trata do sequestro internacional de crianças.

Em outubro, o menino mais velho foi ouvido pela Justiça e disse que ele e o irmão querem ficar no Brasil. Segundo a mãe, o menino telefonou para o pai e pediu para não voltar para a Noruega. “Mas o pai disse que ele não tinha idade para escolher”, contou Julia à **Folha**, ontem à noite, por telefone, sem revelar onde estão.

Em seu voto, o ministro Napoleão Maia Filho, relator do recurso impetrado pelos advogados de Julia, diz que mesmo com “a atitude paterna de voltar com as crianças para a Noruega sem avisar, ainda seria a Justiça norueguesa a competente para decidir sobre eventual alteração da situação da guarda”.

O advogado de Bless, Lucas Leite Marques, informou que não falaria sobre o caso por causa de um termo de confidencialidade com seu cliente.

22 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Estados vão ao STF para manter repasse

**Quatro governadores pedem prorrogação do prazo para o Congresso atualizar normas do Fundo de Participação dos Estados até que novas regras sejam criadas, BA, MG, PE e MA solicitam que norma em vigor até 2012 seja mantida**

Quatro Estados entraram com ação no Supremo Tribunal Federal pedindo a prorrogação do prazo para que o Congresso estabeleça novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e que, até lá, sejam mantidas as regras de hoje.

O pedido, feito por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade, foi proposto pelos governadores da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco e do Maranhão.

A ação, articulada pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), como noticiou ontem a coluna Painel, foi entregue ao presidente interino da corte, Ricardo Lewandowski.

Em fevereiro de 2010, o STF decidiu pela inconstitucionalidade da legislação que regulamentava os repasses do fundo, pois ela precisava ser refeita com informações atualizadas sobre dados demográficos de cada Estado.

Por "segurança jurídica", no entanto, os ministros decidiram naquela ocasião determinar um prazo para que o Congresso criasse novas regras. O prazo se encerrou no dia 31 de dezembro passado.

O Congresso, no entanto, não analisou o tema e o governo se viu diante de um impasse, pois teria de continu-

ar com o pagamento dos recursos, que representam até 70% do orçamento anual de alguns Estados, mas sem previsão legal para os repasses.

Neste ano, o Ministério da Fazenda e a Advocacia-Geral da União adotaram uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), para quem as regras derrubadas pelo Supremo devem ser aplicadas até que o Congresso Nacional resolva a questão.

Os Estados que entraram com o pedido são beneficiados pelas regras atuais. Bahia é o Estado que mais recebe recursos do FPE, Maranhão é o terceiro, Pernambuco é o quarto, e Minas, o sétimo.

Lewandowski poderá aceitar o pedido ou aguardar o fim do recesso da corte, em fevereiro, para que o caso seja analisado pelo plenário.

22 JAN 2013

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

### **SUPERAMIGOS ATIVAR**

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, virou personagem do show de super-heróis que acontece todos os anos na piscina do hotel Transamerica Ilha de Comandatuba, na Bahia. O relator do julgamento do mensalão foi apresentado como o "juiz que colocou todo mundo na cadeia". Ao lado de Barbosa apareceram Super Homem, Michael Jackson e Capitão Nascimento.

### **PAINEL**

**Efeito...** Além de Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Maranhão, os governos de Alagoas, Paraíba e Goiás devem aderir à ação proposta ontem ao STF denunciando suposta omissão do Congresso no caso do FPE (Fundo de Participação dos Estados).

**...cascata** O ministro Ricardo Lewandowski pretende tomar decisão sobre a liminar até o fim do recesso, mas não se manifestará de imediato. Por se tratar de omissão em uma lei nacional, seu entendimento valerá para todos os Estados, inclusive os que não ingressaram com a ação.

### **Eletropaulo obtém liminar contra Eletrobras**

A Eletropaulo anunciou ontem que obteve liminar da Justiça do Rio, acatando o pedido de recurso feito pela empresa contra a decisão em processo mo-

vido pela Eletrobras, que determinava que a Eletropaulo seria integralmente responsável pelo pagamento de diferença de correção de um financiamento.

### **OAB afirma que vai processar ex-juiz Rocha Mattos**

**DE SÃO PAULO** - A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) informou que vai processar criminalmente o ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos por exercício irregular da profissão.

O ex-juiz federal foi condenado na Operação Anaconda, que em 2003 investigou membros do Judiciário. Ficou preso cinco anos em regime fechado e dois no semiaberto. Desde 2011, está no regime aberto.

No domingo, o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou uma entrevista na qual ele diz que está advogando, mas não assina os documentos. Rocha Mattos diz que só assina habeas corpus em seu nome. Segundo ele, seu sócio revisa os documentos antes de assiná-los.

22 JAN 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### História e negacionismo

GILBERTO BERCOVICI, SERGIO SALOMÃO SHECAIRA E PIERPAOLO CRUZ BOTTINI

Noticiou-se que a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) teria chancelado ideias de negação do Holocausto, com a aprovação de trabalho de fim de curso, trazendo à tona a delicada discussão sobre a memória histórica do massacre de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto, vimos a público expressar o posicionamento dos docentes subscritores sobre o tema, a fim de deixar claro que a instituição e seus professores não corroboram teses preconceituosas de qualquer matiz.

A matança de homens, mulheres e crianças pelo regime nazista é fato evidente, e qualquer um que tenha contato com registros históricos, ou com aqueles que sofreram direta ou indiretamente tais mazelas, perceberá o quão efetiva foi sua ocorrência, e quão cruel é turbar sua lembrança.

A negação do Holocausto é perigosa não apenas por sua imprecisão histórica, ou pela capacidade de desonrar uma memória coletiva, mas por obstar o uso da recordação de uma mazela como prevenção à sua repetição. A lembrança do terror tem valia maior como um aviso às gerações futuras, para que mantenham eterna vigília sobre seus valores e se esforcem por impedir o retorno das circunstâncias que leva-

**A Faculdade de Direito da USP não corrobora tese que nega o Holocausto. Lembrar esse episódio serve como aviso às futuras gerações**

ram aos abusos.

Há várias formas de inibir a deturpação da memória do Holocausto. Há quem defenda a criminalização do ato. Há, por outro lado, quem entenda que o direito penal não deve punir a negação dos fatos se ela estiver desacompanhada de manifestações racistas ou de incitação ao ódio. O debate sobre direito penal e o negacionismo pode ser legítimo do ponto de vista acadêmico, mas ele não se confunde com a discussão sobre o mérito —ou demérito— da existência do Holocausto.

Nesse contexto, muitas são as políticas públicas que devem ser implementadas para preservar e difundir a memória do massacre judeu. Programas didáticos, discussões escolares, nos meios de comunicação e nos mais diversos fóruns acadêmicos e políticos.

Estamos em pleno movimento nacional de revolvimento e revelação de crueldades políticas para prevenir sua prática futura. A Faculdade de Direito da USP instalou uma Comissão da Verdade para averiguar

os reflexos do regime militar nos corredores acadêmicos. Não seria essa mesma unidade, que tanto preza a verdade histórica, capaz de defender a inexistência do extermínio judeu durante a Segunda Guerra.

O negacionismo não precisa estar acompanhado de ideias racistas ou de justificação do Holocausto para ser perigoso. Ainda que neste último caso exista claro crime, como já apontou o Supremo Tribunal Federal no caso Ellwanger, isso não significa que a mera negação do massacre judeu sem incitação ao ódio seja inócua.

Ela é preocupante, porque atinge uma lembrança importante, cuja função é indicar até onde é capaz de ir a maldade humana.

A forma mais eficaz de preservar direitos humanos e evitar a repetição de qualquer episódio triste ou insano da história, como o Holocausto, é o fortalecimento de políticas de esclarecimento e de preservação da memória, para que a obscuridade não relativize a barbárie. A repetição de horrores é fruto do esquecimento do passado e do descompromisso com a história.

**GILBERTO BERCOVICI** é professor titular e membro da Comissão da Verdade da Faculdade de Direito da USP; **SERGIO SALOMÃO SHECAIRA** é professor titular da Faculdade de Direito da USP; **PIERPAOLO CRUZ BOTTINI** é professor doutor da Faculdade de Direito da USP



22 JAN 2013

# METRO

## TJ-PR. Morre ex-presidente José Antônio Vidal Coelho



Desembargador desde 1995 | DIVULGAÇÃO

Morreu ontem, aos 74 anos, o ex-presidente do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), José Antônio Vidal Coelho. Ele foi sepultado ontem no Cemitério Municipal de Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba

Nascido no bairro Itaqui, em Campo Largo (PR), ele iniciou sua carreira na magistratura em 1967, após ter sido aprovado em concurso público. Em 1995 foi promovido a desembargador do TJ-PR, onde exerceu a presidência do órgão entre 2007 e 2008. © METRO CURITIBA

# JORNAL DO ÔNIBUS

Morre ex-presidente do TJ

O desembargador José Antônio Vidal Coelho, faleceu na manhã de ontem, aos 74 anos. Ele foi sepultado ontem mesmo no Cemitério Municipal de Campo Largo. Vidal Coelho nasceu em 1939 em Campo Largo e iniciou a carreira na magistratura em 1967, quando passou em um concurso público para exercer o cargo de juiz substituto na comarca de Apucarana.

22 JAN 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### Rose volta a fórum e juíza mantém restrição de fotos

Acusada de participar de grupo que vendia pareceres de órgãos públicos a empresas foi assinar termo

A ex-chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha, voltou ontem à Justiça Federal para assinar termo de comparecimento – obrigação a que é submetida a cada 15 dias por ordem judicial. Rose é alvo da Operação Porto Seguro, da Polícia Federal e da Procuradoria da República, que desmontou suposto esquema de compra de pareceres técnicos de órgãos federais.

Rose teve permissão para ingressar e se retirar do Fórum Criminal Federal pela garagem. A autorização foi concedida no dia 7 de janeiro pela juíza Adriana Zanetti, da 5.<sup>a</sup> Vara Criminal, quando Rose compareceu ao fórum pela primeira vez. “A autorização continua vigorando”, informou ontem a Justiça Federal.

Rose solicitou o acesso pela garagem para evitar ser fotografada pela imprensa. Alegou que estava “com trauma” da exposição a que vem sendo submetida desde a deflagração da Porto Seguro, em 23 de novembro. “Nenhum outro réu solicitou (*a mesma condição de Rose*)”, destacou a Justiça. “Esse foi o primeiro caso na 5.<sup>a</sup> Vara Criminal para garantir a ordem nas dependências do fórum.”

A Coordenadoria do Fórum Criminal editou a portaria 6/2013 em que recomenda aos jornalistas que tiverem interesse em fazer imagens na parte interior do fórum com câmera de vídeo, máquina fotográfica ou similares “devem requerer autorização prévia via petição aos respectivos juízos das varas”.

A portaria prevê que qualquer juiz poderá solicitar “o isolamento temporário e extremamente necessário dos acessos e/ou passagens pelos corredores e halls das entradas principais e dos elevadores, com apoio da Seção de Segurança do Fórum e até de reforço policial, a fim de garantir e preservar a integridade física das partes envolvidas nos autos dos processos”.

22 JAN 2013

# O ESTADO DE S. PAULO SP é condenado a pagar indenizações a autistas

● Decisão Judicial  
**R\$ 15 mil**

é o valor da indenização que a Justiça condenou o Estado de São Paulo a pagar para duas famílias de jovens autistas, que relataram maus-tratos por instituição conveniada ao Estado

Decisão condena Estado de São Paulo a pagar R\$ 15 mil a famílias de autistas mal atendidos em entidade conveniada. O Estado de São Paulo foi condenado a pagar indenizações de R\$ 15 mil às famílias de dois jovens autistas. Eles permaneceram internados por dois anos em uma entidade conveniada ao Estado voltada a pessoas com deficiência intelectual e autismo. Lá, de acordo com o relato das mães, os jovens receberam um atendimento inadequado.

Laudo do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) de dezembro de 2009 aponta falta de instalações e equipamentos adequados na sala de emergência e armazenamento incorreto de medicamentos, entre outras irregularidades.

A advogada da entidade Casa de David, onde os jovens foram internados, Cleize Hernandes Bellotto, afirma que as declarações não procedem. Segundo ela, o processo aberto pelo Cremesp foi arquivado. "Se procedessem, o processo não teria sido arquivado. Não foram constatadas as irregularidades até então alegadas", diz.

**Tratamento.** A defensora pública Renata Tibyriçá, responsável pelo caso, conta que os jovens, que têm autismo grave, asseguraram o direito ao atendimento especializado em novembro de 2008 por meio de uma ação que determinou que eles fossem internados na Casa de David. Se-

gundo Renata, as mães ficaram insatisfeitas com o tratamento oferecido aos filhos. Por isso, a defensoria solicitou uma vistoria na instituição e, diante do constatado, pediu a transferência dos pacientes.

No Hospital João Evangelista, para onde foram levados, exames apontaram desnutrição, parasitose intestinal, micose e piolhos. Um dos pacientes apresentava escoriações. "A ação é referente à indenização por maus-tratos sofridos naquele período. Isso foi comprovado pelo estado em que chegaram à outra instituição", diz Renata.

Para a defensora, a decisão é um precedente importante para alertar que cabe ao Estado fazer uma fiscalização mais direta das instituições conveniadas.

Segundo Cleize, a Casa de David mantém o convênio com a Secretaria Estadual da Saúde desde 1996. A entidade passou a atender autistas em 2008, quando abriu 30 vagas para esses pacientes. Outros 300, que têm outros tipos de deficiência, também ficam internados na instituição. A Procuradoria-Geral do Estado afirma que interpôs recurso de apelação a essa decisão no início do mês e aguarda nova manifestação do Poder Judiciário.

22 JAN 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

# Procuradoria aponta inconstitucionalidade de nova lei florestal

Órgão encaminha três ações ao Supremo Tribunal Federal por retrocesso e redução de áreas antes protegidas

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai ter de decidir se o novo Código Florestal está ou não de acordo com a Constituição brasileira. A procuradora-geral da República interina, Sandra Cureau, encaminhou ontem três ações diretas de inconstitucionalidade ao STF questionando artigos da lei que foi aprovada no ano passado, em especial os que se referem às áreas de preservação permanente, à redução da reserva legal e à anistia a quem desmatou ilegalmente até 22 de julho de 2008.

Na opinião de Sandra, 23 pontos da nova lei foram considerados dispositivos inconstitucionais, por reduzirem e extinguirem áreas que eram protegidas na versão anterior do Código. “A criação de espaços territoriais especialmente protegidos decorre do dever de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, de forma que essa deve ser uma das finalidades da instituição desses espaços”, disse em sua justificativa.

Nas ações, a procuradora também questiona a anistia concedida a quem degradou áreas preservadas até 2008. Para ela, o Código acaba com o dever de pagar multas e impede sanções penais. “Se a própria Constituição estatui de forma explícita a responsabilização penal e administrativa, além da obrigação de reparar danos, não se pode admitir que o legislador infraconstitucional exclua tal princípio, sob pena de grave ofensa à Lei Maior”, sustentou a procuradora.

Para a procuradoria, o artigo 61, que estabelece a famosa “escadinha” na obrigação de recomposição de mata ciliar desmatada, permite a “consolidação de danos ambientais decorrentes de infrações à legislação”.

Sandra também pediu que o STF conceda liminares para suspender os trechos do novo Código Florestal até o julgamento final das ações. E, diante da relevância do tema, ela também requereu que o tribunal adote um rito abreviado na tramitação do processo.

A votação pelo STF das ações sobre o Código Florestal deverá provocar bastante polêmica. Quando tramitou ao longo de três anos no Congresso, o projeto dividiu diversos setores da sociedade, como ambientalistas, ruralistas e acadêmicos.

Tanto na Câmara quanto no Senado o governo foi derrotado em plenário e a presidente Dilma acabou tendo de vetar pontos aprovados pelas Casas. A medida provisória que ela editou para resolver vácuos jurídicos também foi modificada pelos parlamentares e mais uma vez Dilma teve de recorrer ao poder do veto para evitar que desmatadores praticamente não recuperassem nada de áreas desmatadas.

O trâmite parecia ter chegado ao fim em outubro do ano passado, quando foram publicados os últimos vetos. Como o STF pode declarar a inconstitucionalidade de trechos da lei, as discussões deverão voltar praticamente à estaca zero.

22 JAN 2013

# O ESTADO DE S. PAULO OAB acusa ex-juiz de advogar ilegalmente

Rocha Mattos admitiu atuar sem permissão;  
'É um escárnio', diz presidente da Ordem

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai processar o ex-juiz federal João Carlos da Rocha Mattos por advogar ilegalmente. Ao Estado, Rocha Mattos, principal alvo da Operação Anaconda, deflagrada há 10 anos, admitiu que está advogando, embora ainda não tenha recebido de volta a carteira da OAB, carreira na qual ingressou em 1975 e se desligou no ano seguinte quando passou em concurso para delegado federal.

Para assinar suas peças, afirmou que conta com a ajuda de um advogado devidamente inscrito na OAB. Ontem mesmo, a OAB/São Paulo oficiou o Ministério Público Estadual solicitando providências contra eventual exercício ilegal da profissão por parte de Rocha Mattos.

"As alegações contidas na reportagem, em tese, configuram crime de exercício ilegal da profissão", explica o presidente da Comissão de Fiscalização e Defesa da Advocacia, Arles Gonçalves Júnior.

No ano passado, Rocha Mattos solicitou sua reinscrição nos quadros da OAB/SP e seu pedido ainda está em análise. "As declarações do ex-juiz federal são inadmissíveis porque afrontam os princípios estabelecidos no Estatuto da Advocacia", enfatizou Marcos da Costa, presidente da OAB paulista.

Para o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, as declarações do ex-juiz são evidência inegável do exercício irregular da profissão. "O ex-juiz reconhece publicamente que está advogando por interpostas pessoas, ou seja, que voltou a cometer novo ilícito penal. Esse reconhecimento é um escárnio, uma agressão à sociedade, sobretudo vindo de um juiz que foi condenado e acabou afastado de sua classe pelo cometimento de crimes."

**Carta na manga.** Rocha Mattos disse que não vai recuar. "Vou insistir em reaver minha carteira até porque tenho uma carta na manga: outros condenados na Operação Anaconda que advogavam estão exercendo a advocacia normalmente, sem nenhum veto ou restrição", afirma.

Ele anota que um delegado da PF, hoje aposentado, também condenado na Anaconda, já pegou sua carteira da Ordem. "Eu estou tranquilo, pronto para responder (à representação da OAB). Tenho certeza que quem provocou isso é um covarde, mas ele não vai assinar nada. Isso para mim é uma brincadeira. Não tem como vetar, até porque não vão nunca conseguir provar que fiz alguma audiência. Quando alguém me procurava eu passava para o advogado. No site da OAB minha matrícula continua lá, ativa. Para mim eu estou advogando mesmo, só que não assino em meu nome. Eu posso fazer."

**SÔNIA RACY**

**Data vênia**

Ficou mais difícil para Rocha Mattos conseguir sua reinscrição na OAB-SP. Encaminhado para o Tribunal de Ética e Disciplina, o pedido terá de passar pelo crivo do conselho.

**Vênia 2**

E advogados vão ouvir as famílias de viciados. Para dar suporte ao projeto do governo de São Paulo que prevê interinação compulsória de dependentes de drogas.

"Vamos tentar entender melhor os problemas dessas famílias", diz Cid Vieira de Souza Filho, da OAB-SP.

"Hoje em dia eu advogo para mim, eu faço serviço, tenho um advogado que assina junto comigo, que assina, mas eu trabalho nos meus casos", afirma o ex-juiz, que ficou preso 5 anos em regime fechado. "Faço tudo, tudo, tudo. Eu posso fazer isso porque ninguém melhor que eu para conhecer tudo o que aconteceu. Por menos brilhante que eu seja, tenho 7 anos como delegado federal, dois como procurador da República e mais de 20 anos como juiz. Sou obrigado a conhecer um pouco dessa área, não é? Para mim eu vou advogar na Justiça Federal, no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal. Agora, se eu vou ter outros clientes que tenham processo na Justiça Federal eu vou advogar onde for, sempre na área penal, porque é onde eu tenho uma experiência enorme."

**OPHIR CAVALCANTE**

PRESIDENTE DA OAB

**"O ex-juiz reconhece publicamente que está advogando por interpostas pessoas, ou seja, que voltou a cometer novo ilícito penal. Esse reconhecimento é um escárnio, uma agressão à sociedade"**

**JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS**

EX-JUIZ FEDERAL

**"Vou insistir em reaver minha carteira (...) Outros condenados (na Anaconda) estão exercendo a advocacia normalmente"**

22 JAN 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### Ação pede que STF mantenha regra de fundo

Os Estados que figuram entre os maiores beneficiados com recursos do Fundo de Participação dos Estados pediram ontem ao Supremo Tribunal Federal a manutenção dos percentuais usados na partilha do dinheiro até que o Congresso vote uma nova regra.

Os governadores da Bahia, Jacques Wagner (PT), do Maranhão, Roseana Sarney, de Minas Gerais, Antonio Anastasia (PSDB), e de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), contestam a tese de omissão do Congresso – que deveria, segundo o STF, aprovar nova regra de partilha até 31 de dezembro passado. A regra anterior havia sido julgada inconstitucional pelo Supremo em 2010. A Corte sustentava que, sem alteração dessa fórmula, não haveria base legal para continuar com os repasses.

Para não ficar sem esse dinheiro, os governadores pediram ao Supremo que os parâmetros antigos sejam mantidos até que o Congresso vote nova lei. Como não há acordo político para recalcular os novos valores a serem repassados, a solução proposta pelos quatro governadores poderia tornar definitivos os parâmetros hoje tidos como inconstitucionais.

**Insegurança.** Os governadores argumentaram na ação que a situação atual “origina um estado de insegurança jurídica ainda mais grave do que aquele constatado no julgamento”, em que foram declarados inconstitucionais os parâmetros antigos.

O pedido de liminar será analisado pelo presidente em exercício do STF, ministro Ricardo Lewandowski. A tendência, na Corte, é não retaliar os Estados pela morosidade do Congresso – admite-se que vários deles quebrariam se o repasse fosse interrompido. Ao menos seis Estados (Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Piauí e Tocantins) têm no FPE cerca de 70% do orçamento anual. Na outra ponta, o maior beneficiário hoje é a Bahia, que no ano passado recebeu R\$ 4,65 bilhões do FPE – o equivalente a 9,3% do total de recursos do fundo.

**21/JAN/2013**

**OAB PR**

**Prazos na justiça estadual voltam  
a contar normalmente nesta  
segunda-feira (21)**

Termina nesta segunda-feira (21) o período de suspensão nos prazos processuais determinado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Os prazos estiveram suspensos desde o dia 20 de dezembro por diferentes atos do TJ. Os prazos que tiveram vencimento no período voltar a contar nesta segunda-feira.

## **Projetos de lei estratégicos dos tribunais terão apoio na tramitação**

A Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai promover diversos encontros regionais para avaliar os projetos de lei de interesse do Judiciário em tramitação nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional. Os projetos que se enquadrarem no planejamento estratégico do CNJ devem receber o apoio do colegiado, informa o conselheiro Bruno Dantas, presidente da Comissão.

“Recebemos uma lista de projetos e agora vamos verificar quais os que se enquadram na estratégia do CNJ”, comenta. Depois de discutir com os tribunais, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público, o CNJ pode ainda promover encontros com governadores e parlamentares para defender a aprovação dos projetos selecionados.

“Vamos identificar o que é prioridade”, diz. Projetos de lei para ampliar o número de magistrados, por exemplo, tendem a ter o apoio do CNJ, já que a pesquisa Justiça em Números demonstra a carência de magistrados em determinados estados. O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), lembra o conselheiro, tem o menor número de juízes por 100 mil habitantes entre os tribunais estaduais.

O levantamento apresentado pelos tribunais indica a existência de diversas iniciativas comuns com a agenda do CNJ. É o caso do TJBA, que precisa aprovar lei para criar cargos e varas especializadas no combate à violência doméstica. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará precisa de autorização legal para instituir uma central de administração de precatórios. Já o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco depende da contratação de juiz para instalar uma central de conciliação.

No Congresso Nacional, as atenções se voltam para os projetos que alteram a estrutura do Judiciário e as leis processuais, como é o caso do Código de Processo Civil. Segundo Bruno Dantas, a ideia é que o CNJ participe das negociações, de forma a dar maior celeridade à tramitação dos projetos de lei.



## Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Felix Fischer, visita São Miguel e participa da cerimônia de elevação da comarca a entrância intermediária

Prestigiadíssima a cerimônia de elevação da Comarca de São Miguel do Iguçu, realizada ontem, 18, que contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, passando de entrância inicial à intermediária – com a instalação inclusive, dos anexos das Varas Civil e Criminal.

Com esta elevação o município de Itaipulândia também será beneficiado, pois representa a presença de mais um juiz e mais um promotor, bem como, mais servidores e uma atenção muito maior da administração do Tribunal de Justiça para com a nossa comarca. ***“Esse tem sido o objetivo da nossa gestão – aumentar a celeridade e qualidade da prestação jurisdicional, aproximando a Justiça da população”***, lembrou o desembargador Miguel Kfourri Neto

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, Felix Fischer, visivelmente emocionado – e não era para menos – afinal, estava presenciando a elevação de uma comarca, onde o seu filho, sentado ao seu lado, era o próprio juiz, disse que apesar de ter feito uma carreira de vinte e três anos na magistratura do Paraná, nunca teve a oportunidade de atuar nessa região. “Sinto-me extremamente honrado de estar hoje aqui participando desta solenidade de elevação desta comarca – e também quero parabenizar o trabalho justo e necessário que a atual gestão do Tribunal vem realizando em todo o interior do Estado do Paraná”, disse ele

Antônio Matté, presidente da OAB subsecção de Medianeira, por sua vez, não só parabenizou o trabalho que o Tribunal vem realizando – mas também, em nome de toda os demais advogados da região, cobrou mais juízes para atender a população nos municípios de Medianeira e Matelândia. ***“Estamos orgulhosos com essa conquista e tenho certeza que esse trabalho jurisdicional alcançará os que mais necessitam, aqueles que mais precisam da Justiça”***, elogiou, ressaltando ainda que não poderia deixar de passar a oportunidade de lembrar aos senhores desembargadores o clamor que sente todos os demais advogados da região e dirigindo-se ao presidente do TJ, disse: ***“Nós sabemos do empenho de Vossa Excelência, porém, tenho que retratar aqui a situação de Matelândia e Medianeira onde nos***

**CONTINUA**

*anos de 2011 e 2012, tivemos juizes na vara cível somente por 45 dias – por favor, olhem mais pela nossa região – nós precisamos sim, - de mais juizes”, reclamou.*

O presidente do TJ, por sua vez, no final explicou que em sua gestão já foram feitos dois concursos para juizes – e que mais de 145 novos juizes já estão atuando. ***“Um terceiro concurso já está em curso e na medida do possível estamos deslocando juizes para as regiões onde se faz mais necessário”***, respondeu, dizendo ainda que em breve grande parte desses problemas serão equacionados.

Em seguida fez uso da palavra, Dr. Adalzir Comunello, advogado mais antigo da comarca. Dr. Adalzir, foi muito feliz em suas colocações. Lembrou a importância do trabalho do Dr. Lauro Fabrício de Melo como primeiro juiz da comarca, a determinação do Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer e do presidente do TJ, Miguel Kfourí Neto, bem como, a união de todos os segmentos sociais para que esse fato acontecesse. (veja matéria especial sobre essa evolução, bem como, os benefícios que a comunidade como um todo poderá obter).

O vice-prefeito Mauro Remor, em seu pronunciamento, enalteceu essa conquista agradecendo a todos que se empenharam, fazendo um agradecimento especial à determinação do presidente do TJ, pela rapidez e pelo empenho nesta tarefa, colocando-se a disposição para auxiliar no que for possível. Os desembargadores Lauro Fabrício de Melo e Guilherme Luiz Gomes, também fizeram uso da palavra, enaltecendo o desenvolvimento da região e o trabalho profícuo que vem sendo realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

Presentes também prestigiando esta cerimônia, o vice-prefeito Mauro Luciano Remor, representando o prefeito Cláudio Dutra, que se encontrava viajando; Assis Bueno de Camargo, secretário do Tribunal de Justiça; Tiago Mendonça Lisboa, promotor de justiça; Tiago Flores Carvalho, juiz substituto; Ariel Nicolai Cezar Dias, juiz de direito; Patrícia Kéller Mantovani Acosta, juíza substituta; André Dória Antunes, juiz de direito; Antonio Tarcisio Matté, presidente da OAB – subseção de Medianeira; Reni Pereira, prefeito municipal de Foz do Iguaçu; Elio Lino Rusch, deputado estadual; César Eduardo Zillio, Diretor jurídico da Itaipu Binacional; Alexei Morastoni, presidente da Associação Comercial de São Miguel do Iguaçu; Edson Fernando da Silva, representante do SINDJUS – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná; Edson Ferreira, presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu; Jair José Escher, presidente da Câmara Municipal de Itaipulândia; Damião Enéias de Melo Santos, capitão comandante da 2ª da Polícia Militar de Medianeira; capitão; Mariano da Silva, sargento da Polícia Militar; Rogério Alves Maciel, sargento comandante da Polícia Militar de São Miguel do Iguaçu; Marcos Olivetti Silveira, sargento comandante do destacamento da Polícia Militar de Itaipulândia; Daniel Vinicius de Toledo, capitão da Força Nacional.